

Lucena não deverá ser convocado

BRASÍLIA — O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), não deverá ser convocado para depor na CPI do Orçamento. Seu nome não consta da lista, feita pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE), de 28 pessoas que podem ser chamadas. Além da falta de elementos mais concretos que justifiquem a convocação de Lucena, a mesa da comissão acredita, segundo um de seus integrantes, que o presidente do Congresso, se convocado, não deporá. "Ele deve optar por exercer prerrogativas do Código de Processo Penal, que lhe asseguram o direito de responder por escrito".

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), enviou ontem ofício a Lucena e aos senadores Mauro Benevides (PMDB-CE), Ronaldo Aragão (PMDB-RO) e Saldanha Derzi (PRN-MS), dizendo que não tem fundamento a notícia de que a CPI havia marcado os depoimentos deles. "Não tem nada de concreto, as convocações precisam ter uma justificativa", disse Passarinho, ao mesmo tempo em que protestava contra a maledicência de alguns. "Dizem que a mesa está protegendo os senadores, há apenas uma coincidência. Os deputados são maioria".

19 NOV 1993
JORNAL DO BRASIL

Relator — Roberto Magalhães disse ontem que depois dos quatro depoimentos previstos para a próxima semana, ele preferiria chamar para depor os representantes das oito empreiteiras citadas por José Carlos Alves dos Santos, como envolvidas no escândalo do Orçamento. O relator quer ouvir logo as empreiteiras e, para isso, poderá optar que seus depoimentos sejam dados à Subcomissão de Emendas, coordenada pelo deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF).

A CPI ouve hoje o depoimento do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) e, amanhã, o do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP). Na próxima semana já estão definidos os depoimentos do ex-deputado Feres Nader, na terça-feira; e dos deputados Fábio Raunheitti (PTB-RJ), na quarta; Sérgio Guerra (PSB-PE), na quinta; e José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), na sexta-feira. Antes disso, a Comissão Parlamentar de Inquérito voltará a reunir-se em sessão plenária na segunda-feira, quando será feita uma avaliação do primeiro mês de trabalho.

Na mesma ocasião será discutida uma possível prorrogação de seus trabalhos e o novo prazo que será pedido para o encerramento da CPI.